

# Novo imposto irá todo para área de saúde

**BRASILIA** O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), relator das emendas parlamentares que criam a Contribuição sobre Movimentação Financeira (CMF), antigo IPMF, recomendará a vinculação da nova contribuição a gastos com a saúde, e não para abatimento da dívida interna, como desejava o senador Vilson Kleinubing (PFL/SC). A decisão foi tomada no início da noite, em reunião com o presidente Fernando Henrique Cardoso e o ministro da Saúde, Adib Jatene, no Palácio do Planalto.

A CMF terá caráter provisório e sua alíquota será de 0,25%, igual à do IPMF. O relator avalia duas emendas de recriação do IPMF. Uma, do senador Vilson Kleinubing (PFL/SC), que destina os recursos da contribuição para abatimento da dívida interna, e outra do senador Antônio Carlos Valadares (PP/SE), que transfere esses recursos para o Ministério da Saúde.

Segundo Lúcio Alcântara, o Presidente da República disse, na reunião, que “está convencido da necessidade de aumentar os gastos com a saúde e não existe alternativa viável” que não seja a emenda do senador sergipano. O relator das emendas do IPMF afirmou “que não há viabilidade política para a aprovação da emenda Kleinubing”.

No relatório, ele ressaltará a necessidade de aumentar os gastos com o setor mostrando investimentos de outros países com saúde. A Argentina, por exemplo, destina 5,5% do Produto Interno Bruto (PIB) ao setor. O Chile, 3,32% e o Uruguai 6,32%. O Brasil, no entanto, gasta apenas 2,76% do seu PIB com saúde, disse o senador. Os recursos oriundos da nova contribuição serão aplicados no programa de Aids, compra de medicamentos, combate a endemias e cobertura de gastos hospitalares.